

ESTADO E EDUCAÇÃO: TECENDO REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Jocicleide de Sousa Freitas

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: jocicleide.freitas.041@gmail.com

Maria Beatriz da Costa Monteiro

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: monteiro.beatrizcosta@gmail.com

Pensar a educação em uma perspectiva democrática pressupõe oportunizar acesso e permanência dos sujeitos nos níveis mais elevados deste direito social. E discutir acerca do papel do estado na concretização destas finalidades é de suma importância e necessidade, posto que este direito social é fruto de lutas e embates de diferentes sujeitos. Assim, discute-se nesta pesquisa conceitos relativos a Estado e o seu papel perante a educação a partir da leitura e debate de textos trabalhados no componente curricular de “Estado e Políticas educacionais”, ministrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para mestrandos e doutorandos. Os textos abordados perpassam por autores clássicos como Rousseau, Locke e Smith, passando por Marx, Gramsci, Althusser e chega até às discussões sobre o neoliberalismo e as reformulações da direita para reprodução e manutenção do próprio modo de produção. O trabalho coaduna com o entendimento da educação transformadora e emancipatória.

Palavras-chave: Estado; educação; escola.

INTRODUÇÃO

Partindo do paradigma histórico cultural e conceitual, é possível identificar formas de se pensar, ver e estruturar o fazer pedagógico concretizado nos currículos

escolares, ou seja, o currículo que é por natureza político e social traz em seu cerne uma concepção de homem, sociedade e educação específicas.

Assim, questionamos: qual a educação e o tipo de ser humano que estamos formando? Que princípios estão consolidando o debate sobre o nosso papel enquanto educadores? Qual o papel do Estado na concretização desse direito social? A que interesses a educação está servindo neste contexto neoliberal? Quais as intencionalidades das políticas públicas educacionais no contexto da educação básica atual?

A fim de tecer as reflexões sobre os questionamentos acima suscitados recorreremos à literatura abordada no componente curricular “Estado e Políticas Educacionais”, ministrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os textos discutem o conceito de Estado, políticas educacionais e os entendimentos de autores clássicos sobre as temáticas, como Rousseau, Locke e Smith, passando por Marx, Gramsci, Althusser e chegando até às discussões sobre o neoliberalismo e as reformulações da direita para reprodução e manutenção do próprio modo de produção capitalista. Além dos autores clássicos, utilizamos outras referências e legislações para caracterizar o contexto educacional e as intencionalidades das recentes políticas educacionais implementadas na educação básica.

Dessa maneira, este ensaio teórico-reflexivo tem por objetivo discutir conceitos relativos ao estado e educação.

O CONCEITO DE ESTADO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A compreensão de Estado perpassa por diferentes autores e sua correlação com a Educação se dá na medida em que temos uma conjuntura socioeconômica específica, em que a educação historicamente exerceu uma importante função na manutenção do próprio sistema, ou seja, atuando de maneira reprodutivista, como identificado e explicitado por Althusser ao tematizar o conceito de aparelhos ideológicos do estado. Ao invés de ser transformadora como defende autores das teorias críticas.

De maneira genérica poderíamos dizer que o conceito de Estado Moderno surge fundamentalmente para assegurar e proteger a propriedade privada e assume diferentes formas, desde os estados Absolutistas (a religião legítima o poder dos reis), o estado

liberal (defendido por autores como Smith, Locke e Rousseau e sob a lógica da mediação de conflitos e interesses entre as classes), nacionalistas, de bem estar social e neoliberal.

Assim, o Estado não é um campo neutro, posto que coexistem nele diferentes forças que, em termos gramscianos, estão em constantes guerras de posição, portanto em conflito. As frações de classe, seja da classe dominante ou da classe dominada, se encontram numa disputa de interesses e o Estado exerce o papel de mediador.

Uma análise marxiana do Estado avança no sentido de contestar esse papel mediador/conciliador do estado, posto que para Marx este é um órgão de dominação de classe e que, embora tente conciliar o conflito de classe - como uma espécie de poder aparentemente colocado acima da sociedade que se tornou necessário para o objetivo de moderar o conflito - esse conflito é irreconciliável.

Marx contrapõe-se aos contratualistas e a ideia de bem comum que o Estado assegura. Na concepção marxista, o Estado é produto e consequência das relações sociais, ou seja, das condições materiais de existência se configurando, como instrumento de manutenção e perpetuação do sistema capitalista, atuando na mediação de conflitos entre as classes para a manutenção, reprodução dos antagonismos entre as classes (Carnoy, 1988).

Em Marx e Engels (1964) a emancipação da propriedade privada ocorre quando:

Estado se torna uma entidade separada, ao lado e de fora da sociedade civil, mas não é nada mais do que a forma de organização que a burguesia necessariamente adota para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e interesses (Marx e Engels, 1964, p. 78).

Avançando no debate, Gramsci (1891-1937) elenca conceitos como: Estado ampliado, intelectuais orgânicos, hegemonia, contrahegemonia, guerra de posição e crise hegemônica que são fundamentais para discutir a educação.

O Estado ampliado gramsciano abarca a sociedade civil e surge da teoria marxista de superestrutura que se enraíza nas classes e de um sistema político-jurídico enraizado no conflito entre as classes sociais e, ao mesmo tempo, “a teoria de Gramsci opera uma clara ruptura (ou avança) com o aparelho coercitivo de Estado marxista-leninista” Carnoy (1988, p.116).

Althusser (1918) explicita os Aparelhos Ideológicos do Estado demonstrando que a ideologia tem uma existência material, ou seja, existe sempre num aparelho e em suas práticas, distingue os aparelhos repressivos (exército, polícia, tribunais, prisões, ou seja, aqueles que funcionam pela coerção e violência) e os ideológicos (religioso, educacional, familiar, cultural, comunicação, etc). Para o autor a escola é a principal instituição responsável por reproduzir as relações de produção.

No atual contexto neoliberal observa-se a emergência de políticas que vão de encontro com uma formação para o mercado, vide as reformas empreendidas pelas Leis 13.415/2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) promulgada em 2017 e a Lei 14.945/2024 referentes ao ensino médio, que atendem a interesses do capital e reforçam uma escola dual, ou seja, uma escola para as elites e outra para a classe trabalhadora.

A BNCC (Brasil, 2017) pautada na pedagogia das competências e na formação para o mercado, materializa as políticas neoliberais no chão da escola e promove o esvaziamento do currículo referente a disciplinas clássicas, para dar espaço a disciplinas de cunho mercadológico, como por exemplo, empreendedorismo.

Caetano e Martini (2020) destaca que a reforma alterou o modelo curricular para itinerários formativos, em um movimento que reflete maior influência do mercado sobre as políticas públicas de educação e uma padronização da educação nacional. Essa medida, embora alinhada ao setor produtivo, foi alvo de críticas, pois aciona questionamentos acerca da capacidade de oferecer uma educação plena e democrática para os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tematizar o conceito de Estado e discutir seu papel referente à educação perpassa pela análise da intervenção deste na oferta, acesso e permanência dos sujeitos ao direito à educação. Esta tarefa não é simples, posto que a educação é historicamente marcada por contradições, embates e disputas de interesses. Entretanto, julgamos pertinente a apropriação dos conceitos aqui explicitados, por parte daqueles que lutam, defendem e estudam educação com a finalidade de subsidiar teoricamente as discussões e proposições de políticas públicas alinhadas com uma educação de qualidade e transformadora.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf?sck=_direct_none&src=_direct_none >. Acesso em: 04 dez. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; ALVES, Aline Aparecida Martini. Ensino médio no Brasil no contexto das reformas educacionais: um campo de disputas. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 8, n.3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p718-736>. Acesso em: 25 dez 2024.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. Tradução equipe PUCCAMP. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2007.